

Flávia Pereira Ribeiro

DESJUDICIALIZAÇÃO **da** **EXECUÇÃO CIVIL**

Prefácio de Teresa Arruda Alvim

**3ª Edição – Tese de referência para o PL 6.204/2019
(Desjudicialização da Execução Civil de Títulos
Executivos Judiciais e Extrajudiciais)**

Curitiba
Juruá Editora
2022

Visite nossos sites na Internet
www.jurua.com.br e
www.editorialjurua.com
e-mail: *editora@jurua.com.br*

A presente obra foi aprovada pelo Conselho Editorial Científico da Juruá Editora, adotando-se o sistema *blind view* (avaliação às cegas). A avaliação inominada garante a isenção e imparcialidade do corpo de pareceristas e a autonomia do Conselho Editorial, consoante as exigências das agências e instituições de avaliação, atestando a excelência do material que ora publicamos e apresentamos à sociedade.

ISBN: 978-85-362-9541-1

JURUÁ
EDITORA

Brasil – R. Flávio Dallegrave, 7.665 – São Lourenço – Fone: (41) 4009-3900
CEP: 82.210-310 – Curitiba – Paraná – Brasil

Europa – Rua General Torres, 1.220 – Lojas 15 e 16 – Fone: (351) 223 710 600 –
Centro Comercial D'Ouro – 4400-096 – Vila Nova de Gaia/Porto – Portugal

Editor: Luiz Augusto de Oliveira Junior

Ribeiro, Flávia Pereira.
R484 Desjudicialização da execução civil / Flávia Pereira
Ribeiro – 3.ed. - Curitiba: Juruá, 2022.
386 p.

1. Desjudicialização. 2. Execução civil. I. Título.

CDD 347 (22.ed)
CDU 347.9

Dados Internacionais de Catalogação na Fonte (CIP)
Bibliotecária: Maria Isabel Schiavon Kinasz, CRB9 / 626

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....21

Capítulo 1

JURISDIÇÃO, MONOPÓLIO ESTATAL E ACESSO À JUSTIÇA23

- 1.1 Jurisdição: Do Monopólio à *Ultima Ratio*23
- 1.2 Resignificação do Conceito de Acesso à Justiça com Base no CPC de 201528
- 1.3 A Jurisdição Executiva e a Constitucionalidade da Delegação.....33

Capítulo 2

DESJUDICIALIZAÇÃO: UMA SÍNTESE.....39

- 2.1 A Necessária Quebra de Dogmas e Paradigmas39
- 2.2 Crise no Poder Judiciário43
- 2.3 O Fenômeno da Desjudicialização.....51
- 2.4 Doutrina Relativa à Desjudicialização da Execução: Anterior ao Projeto de Lei 6.204/2019.....55
- 2.5 Delegação Legal dos Poderes Executivos a um Agente Privado59

Capítulo 3

PROCEDIMENTOS DESJUDICIALIZADOS NO BRASIL.....63

- 3.1 Execução no Sistema Financeiro de Habitação.....64
 - 3.1.1 Lei 70/1966.....64
 - 3.1.2 Lei 9.514/1997.....69
- 3.2 Privatização da Alienação de Bens75
- 3.3 Arbitragem78
- 3.4 Recuperação Extrajudicial83
- 3.5 Retificação do Registro Imobiliário.....86
- 3.6 Inventário, Separação e Divórcio.....87
- 3.7 Usucapião Extrajudicial92
- 3.8 Retificação do Registro Civil.....101

3.9	Outras Hipóteses	103
3.10	Por vir: Projetos de Lei para a Execução Fiscal Administrativa	104

Capítulo 4

A TENDÊNCIA DA DESJUDICIALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO NA EUROPA.....113

4.1	Diversidade de Sistemas Executivos na Europa	113
4.2	O Modelo Desjudicializado Alemão e Italiano: O Agente de Execução é um Ente Público.....	118
4.2.1	Alemanha.....	118
4.2.2	Itália.....	125
4.3	O Modelo Desjudicializado Francês: O Agente de Execução é um Ente Privado.....	132
4.4	O Modelo (des)Judicializado Espanhol	135
4.5	O Modelo Administrativo Sueco	143
4.6	A Tendência da Desjudicialização da Execução.....	148

Capítulo 5

A DESJUDICIALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO EM PORTUGAL153

5.1	A Evolução do Sistema Executivo Português de Natureza Puramente Público para o Híbrido – Público Privado.....	153
5.1.1	Reformas de 2003 e 2008	154
5.1.2	Lei 41/2013 – Novo Código de Processo Civil português.....	158
5.1.3	Lei 32/2014 – Procedimento Extrajudicial Pré-executivo (PEPEX)	161
5.1.4	Balço da Desjudicialização Portuguesa – 15 Anos de Reforma	167
5.2	A Repartição das Competências Executivas.....	169
5.2.1	O Agente de Execução Português.....	170
5.2.2	O Juiz de Execução.....	175
5.2.3	A Secretaria de Execução	177
5.3	A Comissão para a Eficácia das Execuções Substituída pela Comissão para o Acompanhamento dos Auxiliares de Justiça	179
5.4	Tramitação da Ação Executiva	181
5.4.1	Requerimento Executivo	183
5.4.2	Início do Processo Executivo.....	184
5.4.3	Embargos do Executado	186
5.4.4	Consulta do “ <i>Registo Informático de Execuções</i> ” e Penhora.....	188
5.4.5	Venda.....	192

5.4.6	Extinção da Ação Executiva.....	193
5.5	Breve Relatório Acerca das Pesquisas de Campo Realizadas em Portugal Durante o Doutorado em 2010	194
5.6	Breve Relatório Acerca dos Objetivos do Pós-doutorado e das Pesquisas de Campo Realizadas em Portugal em 2019	200

Capítulo 6

PROPOSTA DE DESJUDICIALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO CIVIL

E DE PROTESTO PRÉVIO	211	
6.1	Contraditório Eventual na Execução e Partilha de Competências	211
6.2	Desjudicialização da Execução Civil pelo Regime da Delegação do Serviço Público	213
6.3	Notários e Registradores	218
6.3.1	Regime Jurídico	218
6.3.2	Concurso Público.....	225
6.3.3	Remuneração Paga Conforme Tabela de Emolumentos e Eventual Gratuidade.....	227
6.3.4	Controle externo	232
6.4	Competência dos Tabelionatos de Protestos e Proposta de Ampliação das Atribuições	234
6.5	Além da Desjudicialização, Protesto Prévio.....	243
6.5.1	Protesto como Importante Medida Coercitiva	244
6.5.2	Protestos das Certidões de Dívidas Ativas.....	247
6.5.3	Protesto das sentenças	251
6.5.4	Protesto Prévio no Projeto de Lei 6.204/2019 como Requisito de Admissibilidade da Execução.....	255

Capítulo 7

INTRODUÇÃO AO PROJETO DE LEI 6.204/2019 E PROCEDIMENTO

DA EXECUÇÃO DESJUDICALIZADA	259	
7.1	Primeiras Considerações Acerca do Projeto de Lei 6.204/2019 – um Resumo	259
7.2	Procedimento para Execução de Títulos Extrajudiciais.....	264
7.3	Procedimento para Execução de Títulos Judiciais	268

Capítulo 8

PILARES PARA O SUCESSO DA EXECUÇÃO

DESJUDICALIZADA.....	271	
8.1	Pilares Basilares, Decorrentes da Constituição Federal e da Lei 8.935/1935	271

8.2	Pilares Basilares – e Fundamentais –, Decorrentes do Projeto de Lei 6.204/2019	272
8.2.1	A Presença do Controle Jurisdicional – e Não Apenas Correccional –, Bem Como do Advogado Atuante	273
8.2.2	A Interoperabilidade entre as Plataformas do Processo Eletrônico e os Sistemas de Buscas de Bens	278
8.2.3	Métodos de implementação	286
Capítulo 9		
UMA INCURSÃO NOS DEBATES ACADÊMICOS DOS ÚLTIMOS DOIS ANOS E ALGUMAS PROPOSTAS DE EMENDAS AO PROJETO DE LEI		
		295
9.1	Considerações Gerais da Academia	295
9.2	Algumas Sugestões e/ou Reflexões Críticas ao Projeto de Lei 6.204/2019	308
9.2.1	A quem Delegar a Função de Agente de Execução	308
9.2.2	Obrigatoriedade x Facultatividade	320
9.2.3	Suscitação de Dúvidas e Irrecorribilidade	324
9.2.4	Procedimento Extrajudicial Pré-executivo (PEPEX) e Vazio Patrimonial	328
9.2.5	O Cumprimento de Sentença	330
9.3	Alguns Pontos e Contrapontos Específicos da Comunidade Jurídica	334
CONSIDERAÇÕES FINAIS		341
REFERÊNCIAS		349
ÍNDICE REMISSIVO		373